



Viseu | 13-14 Maio 2022
Pavilhão ExpoCenter

**14.º CONGRESSO NACIONAL
DOS PROFESSORES**

**A Educação não pode esperar!
Combater desigualdades.
Valorizar a profissão!**



Valorizar o 1.º CEB

Ana Rita Lourença

Após mais uma manifestação de profissionalismo e de dedicação que os professores, num período temporal tão curto, deram em resposta a uma pandemia que a todos afetou, por um breve instante e num momento de rara lucidez, a sociedade em geral olhou para a classe docente com o reconhecimento que ela merece.

No entanto, este foi um momento passageiro e rapidamente se esqueceu que a resposta dada ao complexo contexto em que nos vimos envolvidos, aconteceu graças à dedicação e ao empenho de toda uma classe.

A implementação do ensino à distância, que ocorreu de um dia para o outro e para o qual não estávamos preparados, só foi possível graças aos docentes, aos seus equipamentos, e ao tempo que estes lhes destinaram, aumentando consideravelmente o sobretabalho para níveis nunca antes vistos, e na maioria dos casos em detrimento da sua vida pessoal. Uma situação que tanto os sindicatos, como a FENPROF, denunciaram no momento oportuno, mas como infelizmente também tem vindo a ser hábito, tanto o ME, como o governo ignoraram os apelos dos professores.

Com o gradual regresso à normalidade, começámos a constatar que estamos a perder uma grande oportunidade, para de uma vez por todas, corrigirmos um número significativo de problemas, com os quais nos deparamos diariamente e que contribuem para o agravamento das condições de trabalho.

Por isso, é necessário que se olhe para o setor do 1.º CEB e que se apliquem medidas que há muito tempo vêm a ser reivindicadas pelos professores, de forma a melhorar as suas condições de trabalho.

Uma das primeiras terá obrigatoriamente de ser o respeito pelo horário de trabalho, cuja sua duração deverá ser igual em todo o ensino básico, reconhecendo de forma clara, o intervalo como um direito a uma pausa, eliminando de uma vez por todas, a aberração que ainda existe, de obrigarem os professores a fazer vigilâncias de intervalos.

Outro dos aspetos fundamentais, prende-se com a diminuição do número de alunos por turma, situação que já deveria ter sido implementada, de forma a facilitar a recuperação das aprendizagens em consequência da pandemia.

Quando da alteração do regime de aposentação, passou a ser permitido aos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a aplicação do artigo 79 do ECD, de certo modo semelhante ao que já acontecia no 2.º, 3.º ciclos e secundário, embora não de carácter obrigatório como nesses níveis de ensino. Mas aquilo a que temos assistido, perante uma medida que deveria servir os professores do primeiro ciclo, é que muitos preferem não usufruir desse benefício, pois as tarefas que lhes são atribuídas nada têm a ver com

a dispensa da componente letiva, uma vez que se vêm obrigados, só a título de exemplo, a dar apoios ou até mesmo a fazer substituições.

Embora este não seja um problema exclusivo do primeiro ciclo, tal como não o é a aposentação propriamente dita, é um problema que afeta milhares de professores, que de um momento para o outro deixaram de usufruir de um regime de aposentação que tinha em consideração o elevado desgaste físico e psíquico da profissão, mas também para compensar a carga letiva super neste sector, aumentando de forma dramática o burnout na profissão docente.

Este artigo, deveria também sofrer uma revisão, de forma a convergir com os restantes setores de ensino, pois se no contexto em que foi implementada se justificava a forma de redução encontrada, atualmente justifica-se uma redução progressiva de redução de horas letivas consonante a idade.

Alteração do modelo de gestão atual, para um modelo de gestão democrático onde o 1.º CEB deverá estar representado por pelo menos um elemento nas direções dos agrupamentos e algo que também importa implementar.

As AEC são outro foco de problemas, pois ao longo dos anos temos vindo a assistir a uma completa subversão daquilo para que foram criadas, ou seja, muitas das vezes parece que já não são uma resposta social, parece que integraram os currículos fazendo com que não exista diferença entre o que é letivo e o que não é letivo, tornando obrigatório algo que deveria ser facultativo, e obrigando as crianças a suportarem uma carga horária superior à de muitas pessoas adultas.

O debate sobre a reorganização do sistema educativo, nomeadamente nos primeiros anos do ensino básico, com a possível fusão entre os dois primeiros ciclos do Ensino Básico, é já uma realidade no seio dos sindicatos e da FENPROF e ao qual importa dar continuidade, da forma a que a nosso contributo seja feito de forma objetiva e sustentada, visando uma melhoria em todo o processo educativo.

Nós temos esta e outras propostas, importa que da parte do Ministério da Educação e do Governo exista a disponibilidade para nos ouvir, assim como dar respostas às nossas reivindicações e preocupações.

Vivam os Professores

Viva o SPGL

Viva o 14.º Congresso da FENPROF.